

OECD *Multilingual Summaries*
Investing in Climate, Investing in Growth
Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: [10.1787/9789264273528-en](https://doi.org/10.1787/9789264273528-en)

Investir no Clima, Investir no Crescimento

Sumário em Português

Uma das principais prioridades estratégicas do nosso tempo consiste em conseguir uma trajetória de crescimento resiliente, inclusiva e sustentável. Governos de todos os pontos do globo estão a ser confrontados com o triplo imperativo de fortalecer o crescimento, melhorando ao mesmo tempo os meios de subsistência das populações e solucionando com urgência a questão das alterações climáticas, de acordo com os objetivos do Acordo de Paris. O presente relatório defende que o fortalecimento do crescimento económico, o aumento da produtividade e a redução das desigualdades não têm de ser conseguidos à custa de sujeitar o mundo a um futuro de níveis de emissões elevados. O importante é a qualidade do crescimento.

Com as políticas e incentivos corretos implementados – nomeadamente uma reforma fiscal e estrutural, combinada com uma política do clima que seja coerente – os governos podem gerar um crescimento que reduzirá significativamente os riscos de alterações climáticas, proporcionando ao mesmo tempo, e no curto prazo, benefícios económicos e em matéria de emprego e saúde. Um tal pacote de política compatível com o clima pode aumentar o PIB no longo prazo até 2,8% em média nos países do G20 em 2050 comparativamente a uma manutenção das políticas atuais. Se os impactos positivos de evitar os danos climáticos forem igualmente tomados em consideração, o efeito líquido ao nível do PIB em 2050 ascende a cerca de 5% para as economias desenvolvidas e emergentes do G20.

O investimento em infraestruturas modernas, inteligentes e limpas na próxima década é um fator crucial para um crescimento económico sustentável, especialmente porque as infraestruturas têm vindo a sofrer, de modo geral, de um investimento cronicamente insuficiente desde antes da crise financeira. O relatório estima serem necessários, em média, USD 6.300 mil milhões de investimento em infraestruturas por ano entre 2016 e 2030 para cobrir as necessidades de desenvolvimento à escala global. Um montante adicional de USD 6 mil milhões por ano durante o mesmo período tornará estes investimentos compatíveis com o clima, um aumento relativamente reduzido considerando os ganhos a curto e a longo prazo em termos de crescimento, produtividade e bem-estar. O custo adicional do investimento poderá ser compensado ao longo do tempo pelas economias em combustíveis que resultarão de infraestruturas e tecnologias com emissões reduzidas.

Além disso, a conjuntura fiscal atual proporciona uma janela de oportunidade para que sejam tomadas medidas agora. As taxas de juro reduzidas aumentaram a margem de manobra orçamental em muitos países e, onde essa margem é menor, existem oportunidades de otimização da combinação entre impostos e investimentos de forma a alinhar um crescimento económico mais sólido com um desenvolvimento inclusivo, resiliente, com baixas emissões. Um correto alinhamento das políticas climáticas, fiscais e de investimento maximizará ainda mais o impacto do investimento público para impulsionar o investimento privado.

O financiamento vai ser um fator-chave: há que mobilizar capital junto de fontes públicas e privadas, com o apoio de diferentes instrumentos financeiros ajustados a infraestruturas com emissões reduzidas e que sejam resistentes ao clima. As instituições financeiras públicas devem estar apetrechadas para a transição, ao mesmo tempo que o sistema financeiro propriamente dito deve tomar medidas de modo a

fazer uma correta avaliação e integração dos riscos relacionados com o clima. Os bancos de desenvolvimento e as instituições financeiras - multilaterais, bilaterais e nacionais – têm um papel fulcral a desempenhar aqui também, não apenas utilizando os seus balanços para ampliar os recursos disponíveis, mas também desenvolvendo o financiamento verde nos países parceiros, incluindo através de políticas e apoio à criação institucional.

Para que possa ser feito um alinhamento dos incentivos, é essencial que as políticas climáticas fundamentais sejam as corretas. Há que acelerar a reforma dos subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis e alargar a base de fixação dos preços do carbono, com um enfoque na monitorização do impacto e na partilha de experiências em matéria de políticas. Um maior recurso aos concursos públicos para o investimento em infraestruturas de emissões reduzidas pode despoletar inovação na indústria e nos modelos de negócio através da criação de mercados-piloto.

Ao mesmo tempo, temos de reconhecer que crescimento sustentável também significa crescimento inclusivo. Políticas coerentes em matéria de clima e investimento, quadros e reformas fiscais e estruturais eficazes devem cooperar de modo a facilitar a transição das empresas e famílias expostas, sobretudo em regiões e comunidades vulneráveis. É essencial planear antecipadamente a transição para que as sociedades evitem ativos improdutivos em setores que fazem uma utilização intensiva de combustíveis fósseis, bem como comunidades abandonadas nas zonas onde esses ativos estão inseridos.

O olhar-se para além da produção e utilização de energia, desenvolvimentos na agricultura, silvicultura e noutros setores relacionados com a utilização dos solos permitirá a intensificação do ritmo de transformação necessário noutros setores da economia. As reservas atuais de carbono em florestas tropicais e noutros ecossistemas têm de ser protegidas, devendo a sua capacidade para serem reservatórios de carbono ser potenciada sempre que possível. A investigação e o desenvolvimento precisam de ser significativamente reforçados e de ser seguidos de uma demonstração e difusão rápidas dos avanços tecnológicos que irão reduzir e eliminar as emissões de gases de estufa da energia, indústria e dos transportes, e melhorar o rendimento e a resistência das culturas. Além disso, a viabilidade da implementação de “emissões negativas” à escala adequada continua a ser altamente incerta, apesar de ser uma das características mais importantes da maioria dos cenários consistentes com os objetivos do Acordo de Paris.

Por último, a cooperação internacional continua a ser fundamental para a gestão dos riscos climáticos. As contribuições atuais dos países para a redução das emissões para além de 2020 não são consistentes com a meta de Paris no que respeita à temperatura, e têm de ser intensificadas rapidamente. O apoio à ação nos países em desenvolvimento será importante, não apenas em termos de mitigação, como também para melhorar a resistência e a capacidade de adaptação dos países que se confrontam com as alterações climáticas mais acentuadas. Os impactos climáticos vão aumentar, mesmo que alcancemos a meta de Paris no que respeita à temperatura. Precisamos de uma tomada de decisões flexível e voltada para o futuro para aumentar a resiliência face a estes riscos. A gestão das interdependências entre os objetivos relacionados com o clima, segurança alimentar e biodiversidade vai ser crucial para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de um crescimento robusto no longo prazo.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.



[Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE \(OECD iLibrary\)!](#)

© OECD (2017), *Investing in Climate, Investing in Growth*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/9789264273528-en